



# BC mantém juros básicos em 15% ao ano pela quinta vez seguida

Dívida pública pode alcançar até R\$ 10,3 trilhões em 2026

Página 4

Quebra do Banco Master já custa mais de R\$ 50 bilhões

Página 4

Anvisa amplia o uso da cannabis medicinal no Brasil

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou na quarta-feira (28) uma resolução que amplia o uso de terapias à base de cannabis. Com a norma, fica autorizada a venda do canabidiol em farmácias de manipulação e a produção da planta no país - por empresas voltada para a fabricação de medicamentos e outros produtos aprovados.

A partir desta nova resolução do órgão fica permitida a comercialização de medicamentos usados via bucal, sublingual e dermatológica.

Página 6

Campanha de doação de sangue do Governo de SP salva até 400 vidas



Foto: Divulgação do Governo de SP

Página 2

## Brasileiro Indoor de Provas Similares terá Matheus Lima

O Atletismo Brasil recebeu a inscrição de 227 atletas (75 feminino e 152 masculino) para a disputa do Campeonato Brasileiro Loterias Caixa de Atletismo de Provas Similares ao Indoor, que será realizado no sábado (31), no Centro Nacional de Desenvolvimento do Atletismo (CND), em Bragança Paulista, São Paulo (Estrada Municipal Antônio Franco de Lima s/nº, Bairro do Campo Novo), com entrada gratuita. A TV Atletismo Brasil, canal do YouTube da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), mostra ao vivo as disputas, a partir das 9 horas.

A competição vale índices para o Campeonato Mundial Indoor e pontos no

Ranking Mundial (categoria D). O Esporte Clube Pinheiros, de São Paulo, inscreveu o maior número de atletas na disputa - 40 competidores -, Matheus Lima dentre eles.

Matheus Lima correrá os 400 m rasos na sua primeira prova do ano. "Ele está bem treinado e tudo indo dentro do planejado. Esta primeira competição de 2026 serve para quebrar o gelo e avaliar a preparação até agora para a competição principal desta primeira fase da temporada que é o Mundial Indoor", afirmou o treinador Sanderlei Claro Parrela, medalhistas de prata no Mundial de Sevilha-1999 nos 400 m rasos, ídolo do Atletismo Brasil.

O cearense de Fortaleza, de 22 anos, foi à final da disputa dos

400 m e terminou na sexta posição no Mundial Indoor de Nanjing, na China. Mas correu a distância em 45,79 na eliminação (21/3/2025), recordes brasileiro e sul-americano em pista curta (indoor). Superou o recorde nacional que era justamente de Sanderlei Parrela (46,33, em 1997) e a marca continental do colombiano Jhon Alejandro Perlaza (46,07, desde 2019).

Nesta temporada, o Campeonato Mundial de Atletismo Indoor será realizado de 20 a 22 de março, em Kujawy Pomorze, Polônia. Os critérios de convocação já foram publicados e podem ser consultados no site www.cbat.org.br.

Vale a qualificação por índice (de 1/11/2025 a 8/3/2026), limita-

do a dois atletas por País; por Wild Card (convite) - o campeão geral individual de cada evento do World Indoor Tour 2026 se classificará automaticamente;

por posição no Top Performance List (1/11/2025 a 8/3/2026), conforme cota da prova, também tendo como limite dois atletas por País.

Diamond League e Ultimate na mira - "Para a temporada ao ar livre o foco será nos 400 m com barreiras, visando as competições da Diamond League e o Ultimate Championships além da melhora do resultado pessoal", completou Sanderlei sobre os objetivos que ele e Matheus têm para 2026. O Ultimate é um evento novo da World Athletics, que estreia de 11 a 13 de setembro, em Budapeste, Hungria, e será realizado a cada dois anos.

A melhor marca de Matheus Lima nos 400 m com barreiras é 48,08 (3/5/2025), feita na etapa de Shaoxing/Kegiao (CHN), etapa da Diamond League.

As Loterias Caixa e a Caixa são patrocinadoras máster do Atletismo Brasil.

## Quenianos vencem a 19ª Meia Maratona Internacional da São Paulo



19ª Meia Maratona Internacional de São Paulo

A festa foi queniana na 19ª Meia Maratona Internacional de São Paulo, realizada na manhã de domingo (25), em Itaquera, na Zona Leste de São Paulo, como parte das comemorações dos 472 anos da capital paulista. Vestus Cheboi e Vivian Kiplagat venceram os 21 quilômetros, com largada e chegada no Shopping Metro-

veirão Andrade, 1h08min54. O evento reuniu milhares de corredores de todo o país e exterior.

No masculino, após um começo estudado, Vestus assumiu a ponta, aproveitando bem o treinamento de subidas feito três semanas antes. "Foi uma boa corrida, aliás, muito rápida. O percurso tem subidas e descidas, mas eu treino bem para isso, então acabei me dando bem nessa corrida. Quando vi o percurso, pensei que ia ganhar", explicou o vencedor. Nem mesmo problemas profissionais abalaram o atleta, que destacou o foco na vitória. Mu-de meu empresário recentemente e isso acabou deixando tudo mais confuso. Mas foiquei numa boa apresentação aqui e deu certo", completou, que confirmou presença na 30ª Maratona Internacional de São Paulo.

O Brasil comemorou o vice de Amanda Aparecida de Oliveira, que venceu no ano passado, com o tempo de 1h17min19, o terceiro lugar do estreante Victor de Oliveira.

Itaquera, com desempenhos para lá de positivos. Cheboi marcou o tempo de 1h06min38, enquanto Vivian garantiu o bicampeonato - havia vencido em 2023 - com a marca de 1h16min20.

Feminino - A disputa no feminino foi forte em termos de ritmo, tanto que as duas primeiras coladadas acabaram melhorando seus tempos na prova. No final, foi premiada a atleta que usou toda sua experiência para superar o percurso técnico da Meia Maratona Internacional de São Paulo. Vivian Kiplagat venceu com uma considerável vantagem e somou mais um título importante na carreira.

"Em minha segunda participa-

ção aqui, consegui ser o melhor do país em sua estreia na prova. É um percurso desafiador, é a primeira vez que eu corro aqui, mas estou bem treinado. Elaborei uma estratégia boa, arrisquei, porque sei que o meu treino e deu certo. Feliz pelo pódio, por ser o melhor brasileiro, isso mostra que o trabalho vem sendo bem feito e a gente vai por mais ainda, a gente vai buscar muitas coisas", afirmou o atleta, de 29 anos.

Feminino - A disputa no feminino foi forte em termos de ritmo, tanto que as duas primeiras coladadas acabaram melhorando seus tempos na prova. No final, foi premiada a atleta que usou toda sua experiência para superar o percurso técnico da Meia Maratona Internacional de São Paulo. No ano passado eu fui campeã e esse ano fui vice, mas melhorei a minha marca, então isso já é um motivo de muita felicidade para mim. O inicio do ano é um pouco mais difícil, mas estou contente de ter conseguido encaixar o ritmo, ter me sentido bem na prova, a qual é o mais importante. Estou muito confiante para esse ano de 2026, tenho certeza de que vai ser um ano incrível para mim, de muitos recordes,

principalmente na meia-maratona e na maratona, meu foco principal", destacou.

A 19ª Meia Maratona Internacional de São Paulo tem realização e organização da Yescom, com patrocínio da CAIXA e Governo Federal, Movida, Linha Verão, Shopping Metrô Itaquera, Etapp, RVB e Powerade, além do patrocínio especial de Café 3 Corações. O evento conta com apoio de Monteverde, Clube UOL, Espaçolaser, Cínepolis, Antilhas, Copra, Whoosh, Polpanorte, Decathlon, Poise, Dadinho e Yorgus. A Rádio Oficial é a Metropolitana 98,5 FM. Apoio especial da Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo e do TBT-2. A supervisão é da Federação Paulista de Atletismo (FPA) e da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). Mais informações no site [www.meiamaratonadesaopaulo.com.br](http://www.meiamaratonadesaopaulo.com.br).

# SuperAção SP está com 200 vagas abertas para agentes na capital

O SuperAção SP está com 200 vagas abertas para a contratação de agentes de campo e 13 vagas de supervisores no município de São Paulo. Os profissionais atuarão diretamente no acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social, uma das 48 cidades que fazem parte do programa da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (SEDS).

Após a realização de um editorial de chamamento público, a Fundação Escola de Sociologia e Política da São Paulo – FESPPSP foi selecionada para ser a responsável pela contratação dos profissionais na capital paulista. O trabalho é integrado à rede de proteção social dos territórios, mas sem sobreposição às atribuições das equipes de assistência social do município.

Os agentes acompanharão as famílias em visitas domiciliares regulares, promovendo o acesso a direitos, serviços públicos e oportunidades, por meio de um processo de escuta qualificada, orientação, apoio e respeito à autonomia e registro de informações, sempre em consonância com a metodologia do programa, coordenado pela SEDS.

Já os supervisores atuarão na coordenação técnica e operacional das equipes de campo, apoiando e orientando tecnicamente os agentes na execução das ações locais, oferecendo escuta, orientação e supervisão, devendo planejar, monitorar e acompanhar a execução das ações locais para garantir a qualidade do atendimento às famílias acompanhadas.

Os agentes e supervisores

Foto: Divulgação/Governo de SP



Os profissionais atuarão diretamente no acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social

selecionados passarão por um processo de formação, com metodologia própria e alinhada à execução do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As

contratações serão feitas em regime CLT, com jornada de 40 horas semanais, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. O pacote de benefícios inclui plano de saúde e odontológico, vale-refeição e alimentação, vale-transporte, seguro de vida, auxílio-creche, previdência privada e acesso ao Wellhub.

As contratações serão feitas em regime CLT, com jornada de 40 horas semanais, de terça a sábado, das 9h às 18h. O pacote de benefícios inclui plano de saúde e odontológico, vale-refeição e alimentação, vale-transporte, seguro de vida, auxílio-creche, previdência privada e acesso ao Wellhub.

Para participar do processo seletivo de agente, é necessário ensino médio completo, sendo desejável formação complementar em áreas como serviço social, trabalho comunitário, pedagogia ou áreas correlatas, além de experiência em programas sociais ou trabalho voluntário. Para supervisor é necessário ter cursado ensino superior em áreas como Serviço Social, Psicologia, Ciências Sociais/Humanas e áreas afins, bem como conhecer o pacote Office Avançado. São diferenciais ter atuado com equipes de campo e em interface com políticas públicas e servi-

ços socioassistenciais.

## Mais vagas

Além da capital paulista, o SuperAção SP também está com 187 vagas abertas para municípios das regiões da Grande São Paulo, Baixada Santista, Campinas e Sorocaba. Nesse caso, a seleção e contratação estão sendo conduzidas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) Projetos.

As vagas também são em regime CLT, com jornada de 40 horas semanais, de terça a sábado, das 9h às 18h. O pacote de benefícios inclui plano de saúde e odontológico, vale-refeição e alimentação, vale-transporte, seguro de vida, auxílio-creche, previdência privada e acesso ao Wellhub.

Os interessados devem cadastrar o currículo no link: <https://projetos.fgv.br/trabalho-conosco>. (Governo de SP)

## Campanha de doação de sangue do Governo salva até 400 vidas

A Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) promove na terça-feira (27) uma campanha de doação de sangue em sua sede, no Centro Histórico de São Paulo. A iniciativa, realizada em parceria com o projeto AmorSeDoe e com o hemocentro do Hospital Alemano Oswaldo Cruz, teve como objetivo reforçar os estoques do banco de sangue, que costumam ficar críticos neste período do ano.

A iniciativa contou com o apoio das empresas vinculadas à STM – CPTM e Metrô –, além

de órgãos estaduais como Procon-SP, Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Social, da Educação, de Esportes, da Fazenda, da Justiça e Cidadania e de Segurança Pública. Também participaram órgãos municipais, como SPTrans e a Secretaria Municipal de Gestão, que mobilizaram seus colaboradores para aderir à campanha.

Ao todo, cerca de 90 pessoas participaram da campanha – núcleo que pode ajudar a salvar até 400 vidas. "Essa é uma ação nobre, pois amor se doa e vidas são

salvas", completou Adriano Lopes de Oliveira, presidente e fundador do projeto AmorSeDoe. "Uma bolsa de sangue não representa apenas sangue; é dar a alguém mais uma chance de viver", destacou Vanessa Duarte da Silva, secretária do Secretário Estadual dos Transportes Metropolitanos, ao ressaltar a importância de iniciativas como essa.

Colaboradores também comentaram o impacto positivo da ação. "A iniciativa da STM é extremamente importante. Além da comodidade de ser realizada no

próprio prédio, a campanha reforça como um gesto simples pode salvar vidas, especialmente em períodos de baixa nas doações. Acredito que ações como essa deveriam ser mais frequentes, incentivando cada vez mais pessoas a participar", afirmou Bruno Fernandes, da Assessoria Técnica do Gabinete da STM.

Com iniciativas como essa, a STM reforça seu compromisso com ações sociais e de saúde, beneficiando tanto colaboradores quanto passageiros. (Governo de SP)

## Governo atende demanda centenária e assina contrato da PPP do Túnel Santos-Guarujá

O Governo de São Paulo assinou na quarta-feira (28), em reunião no Palácio dos Bandeirantes, o contrato da Parceria Público-Privada (PPP) do Túnel Santos-Guarujá com o grupo português Mota-Engil. O acordo contempla uma demanda centenária da Baixada Santista e assegura investimento total de quase R\$ 7 bilhões em um dos maiores projetos de infraestrutura do país.

"A ligação seca entre Santos e Guarujá é um sonho há centenários e finalmente está sendo realizado. O projeto é desacreditado e que parecia impossível, mas nossa gestão teve a coragem para transformar em realidade. Em 2031, o primeiro túnel imerso do Brasil estará pronto e será a principal conexão entre 2 milhões de pessoas, novas oportunidades e o futuro da Baixada Santista", afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

Com investimento total estimado em R\$ 6,8 bilhões, o projeto prevê a construção de um túnel de 870 metros sob o canal portuário, com três faixas por sentido, passagem para pedestres e ciclistas e galeria de ser-

víos. O contrato, com prazo de 30 anos, inclui também as etapas de operação e manutenção da estrutura. A construção do túnel deve gerar cerca de 9 mil empregos diretos e indiretos no projeto que se consolida como novo pilar de desenvolvimento urbano e logístico de toda a Baixada Santista. O tempo de travessia entre Santos e Guarujá cairá para até cinco minutos; hoje, a ligação rodoviária entre as duas cidades tem 40 quilômetros de extensão, com tempo de viagem

tra em uma nova fase concreta. A assinatura do contrato representa um passo decisivo para transformar esse projeto em realidade, com ganhos diretos para a mobidade, a logística e a qualidade de vida da população", disse o secretário estadual de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini.

A licença ambiental prévia já foi emitida pela Cetesb, que atesta a viabilidade e autoriza o avanço das próximas etapas, assegurando previsibilidades e segurança jurídica ao cronograma. A análise considerou aspectos como impactos sobre manguezais, fauna, flora, ruído e desapropriações, estabelecendo condicionantes que deverão ser seguidas na etapa de licenciamento do túnel.

Com o contrato assinado, o projeto avança para as etapas preparatórias, incluindo a definição da área destinada à doca de fabricação dos módulos de concreto. A produção está prevista para ter início em 2027, com a montagem da estrutura imersa até 2030. A conclusão das obras e o início da operação estão previstos para 2031. (Governo de SP)

## Salas de atendimento às mulheres em delegacia crescem 174% em SP

Mulheres vítimas de violência contam com apoio para denunciar e buscar segurança em todo o estado de São Paulo. O Governo de São Paulo ampliou em 174% as Salas DDMs em plantões policiais desde 2023. Atualmente, são 170 unidades, sendo que 108 foram entregues nesta gestão.

"A ampliação do número de Salas DDM em diversas unidades da Polícia Civil, tanto no interior como na capital, tem o escopo de garantir às mulheres um ambiente acolhedor, humanizado, estruturado e adequado, de escuta qualificada, garantindo acessibilidade e proteção, onde a vítima se sente segura para denunciar e assim romper o ciclo de violência. As Salas DDM ampliam a capacidade de resposta no enfrentamento a violência contra mulher e possibilita desnudar a subnotificação", afirma a coordenadora das Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), delegada Cláudia Nogueira Cobra Martinez, coordenadora da DDM Online.

O funcionamento das Salas DDM é de segunda a sexta, das 20h às 8h. As finas de semanas e feriados, o serviço é 24 horas. A DDM Online também é uma importante alternativa de fermento

para proteger as mulheres vítimas de violência. O canal [clicaplataforma da Delegacia Eletrônica](http://www.delegaciadeletronica.policiacivil.sp.gov.br) ([www.delegaciadeletronica.policiacivil.sp.gov.br](http://www.delegaciadeletronica.policiacivil.sp.gov.br)), da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Por meio da DDM Online, é possível registrar ocorrências a partir de qualquer dispositivo conectado à internet sem sair de casa. As vítimas também podem solicitar medidas protetivas.

Além da DDM Online, mulheres vítimas de violência podem registrar o boletim de ocorrência por meio do aplicativo SP Mulher Segura, onde é possível cadastrar informações pessoais, do agressor e o histórico da ocorrência, podendo anexar imagens. Tudo é possível solicitar a medida protetiva de urgência.

Além de todos os serviços online e 24h, o estado de São Paulo possui 142 Delegacias da Mulher territoriais espalhadas pelos municípios, onde qualquer pessoa pode ser atendida, registrar um boletim de ocorrência e solicitar medida protetiva.

As DDMs são serviços especializados que contam com equipes treinadas para o atendi-

mento a mulheres, mas qualquer delegacia da Polícia Civil está apta a receber e atender as vítimas, assim como o serviço 190 da Polícia Militar.

O Governo de São Paulo tem estruturado uma rede de políticas públicas inovadoras para enfrentar a violência doméstica e garantir saúde, dignidade e autonomia às mulheres desde 2023. Como o movimento SP Por Todas, o estado ampliou o alcance das ações integradas, fortaleceu a rede de proteção com mais Salas de Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) 24 horas, criação da Cabine Lila e o tomazelamento de acusações de agressão contra mulheres. Neste período, houve crescimento de 21% em medidas protetivas, 11% em boletins de ocorrência de agressão.

SP Por Todas é um movimento promovido pelo Governo do Estado de São Paulo para ampliar a visibilidade das políticas públicas para mulheres, bem como a rede de proteção, acolhimento e autonomia profissional e financeira para elas. Todas essas iniciativas e orientações estão agrupadas no site: [https://www.spportadas.sp.gov.br/sp-por-todas](http://www.spportadas.sp.gov.br/sp-por-todas). (Governo de SP)

## CESAR NETO

[www.jornalistacesarneto.com](http://www.jornalistacesarneto.com)



CÂMARA (São Paulo)

Histórias dos 472 anos da capital: a família Leite [do ex-vereador Milton Leite - União] faz história no carnaval. Silvão 'Leite', presidente da escola de samba Estrela do 3º Milênio, agora desfila como vereador

PREFEITURA (São Paulo)

Histórias dos 472 anos da capital: Celso Pitta foi o 1º preto a ser prefeito [eleito por Paulo Maluf]. Prestigiou as escolas de samba em seu mandato [1997 - 2000], mas foi abandonado na passarela da política

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Vão rolar mudanças partidárias [durante a janela da infidelidade das eleições 2026] depostados(as) que disputarão a reeleição. Alguns e algumas agora preferem ser cabeça de sardinha do que rabo de tubarão

GOVERNO (São Paulo)

Tarcísio Freitas (Republicanos) tem tudo pra ser reeleito em 2026. Ele parabeniza o Kassab (dono do PSD), que acaba de agredir [ao seu PSD] o governador Caiado de Goiás com Ratimbo Jr. (PR) e Eduardo Leite (RS)

CONGRESSO (Brasil)

Ou quando senadores(as) e deputados(as) governistas e oposicionistas se unem pra aceitar uma CPI que condene quem roubou bilhões através do 'banco' Master, é porque interessa 'defender' até quem odeiam

PRESIDÊNCIA (Brasil)

No 3º governo, Lula (dono do PT) devia estudar melhor o que está rolando com os 17 objetivos [via ONU] pra mudar o mundo. Ao verificar [segundo a ONU] que quase todos estão falindo, mudaria seus discursos

PARTIDOS (Brasil)

Uma das gozações que colegas do PT fazem com o ex-prefeito paulistano Fernando Haddad é que se não quiser perder eleições 2026 pro governo (SP) ou Senado, deve se candidatar a deputado federal (SP)

JUSTIÇAS (Brasil)

Em meio a uma crise institucional no seu Supremo, o corintiano Alexandre Moraes não perde o espírito esportivo de comemorar a chegada do time feminino do seu Corinthians à final da 1ª copa do mundo

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP)... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]... X@cesarnetoreal

[cesar@jornalistacesarneto.com](mailto:cesar@jornalistacesarneto.com)

**PALAVRA** - "Com toda a humildade e mansidão, com longanidade, suportando-vos uns aos outros em amor" Efésios 4:2

**Jornal O DIA S. Paulo**

Administração e Redação

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263

3º andar - Bela Vista - SP

CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC

Notícias Agrícolas

Folhapress

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: [contato@jornalodiasp.com.br](mailto:contato@jornalodiasp.com.br)

Site: [www.jornalodiasp.com.br](http://www.jornalodiasp.com.br)

# BC mantém juros básicos em 15% ao ano pela quinta vez seguida

Apesar do recuo da inflação e do dólar, o Banco Central (BC) não mexeu nos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 15% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro.

Essa é a quinta reunião seguida em que o Copom manteve os juros básicos. A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano.

No comunicado, o Copom confirmou que deverá começar a reduzir os juros na reunião de março, caso a inflação se mantenha sob controle e não haja pressões no cenário econômico.

"O Comitê antevê, em se confirmar o cenário esperado, iniciar a flexibilização da política monetária em sua próxima reunião, porém reforça que manterá a restrição adequada para assegurar a convergência da inflação à meta", informou o BC.

A decisão unânime ocorreu com o Copom desafalcado. Fim de 2025, expirou o mandato dos diretores de Organização do Sistema Financeiro, Renato Gomes, e de Política Econômica, Paulo

Pichetti. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva só encaminhará as indicações dos substitutos na volta do Congresso Nacional, em fevereiro.

Após chegar a 10,5% ao ano em maio do ano passado, a taxa começou a ser elevada em setembro de 2024. A Selic chegou a 15% ao ano na reunião de junho do ano passado, sendo mantida nesse nível desde então.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em 2025, o IPCA ficou em 4,26%, o menor nível anual desde 2018. Com o resultado, o indicador voltou a ficar dentro do teto da meta continua de inflação.

Pelo novo sistema de meta continua, em vigor desde janeiro, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%.

No modelo de meta continua, a meta passa ser apurada mês a mês, considerando a inflação acumulada em 12 meses. Em janeiro de 2026, a inflação desde fevereiro de 2025 é comparada com a meta e o intervalo de tolerância. Em fevereiro de 2026, o procedimento se repete, com apuração a partir de março de 2025. Dessa forma, a verificação se desloca ao longo do tempo, não ficando mais restrita ao índice fechado de dezembro de cada ano.

O último Relatório de Política Monetária, divulgado no fim de dezembro pelo Banco Central, a autoridade monetária diminuiu para 3,5% a previsão do IPCA para 2026, mas a estimativa será revisada, por causa do comportamento do dólar e da inflação. A próxima edição do documento, que substituiu o antigo Relatório de Inflação, será divulgada no fim de março.

As previsões do mercado estavam menos otimistas. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 4%, levemente acima acima do teto da meta. Há um mês, as estimativas do mercado estavam em 4,05%.

O aumento da taxa Selic ajuda a conter a inflação. Isso porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom baratoca o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle de inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir. (Agência Brasil)

## Brasil vai ampliar emissão externa em 2026, com volta ao mercado europeu e entrada na China

O Tesouro Nacional anunciou na quarta-feira (28) que vai ampliar as emissões de títulos soberanos no mercado externo em 2026. A captura em dólares seguirá sendo o principal foco, mas o Brasil também vai voltar ao mercado europeu e planeja fazer a primeira emissão em yuan, moeda oficial da China.

No ano passado, as emissões externas somaram US\$ 10,8 bilhões, um volume recorde, impulsionado pela demanda dos investidores e também pelos novos títulos sustentáveis, usados para financiar ações ligadas ao meio ambiente e a políticas sociais.

Neste ano, as emissões devem superar esse valor, afirmou o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. "Pelo volume de emissões, dado o objetivo que está previsto, tem uma probabilidade de isso acontecer [superar os US\$ 10 bilhões]", disse.

"A intenção é fazer no mínimo o volume feito no ano passado", reforçou o subsecretário da Dívida Pública do Tesouro, Daniel Leal. Segundo ele, as emissões também devem ser mais frequentes do que no ano passado, quando foram realizadas quatro

emissões externas.

A última vez que o Brasil emitiu títulos no mercado europeu foi em março de 2014, com um papel com prazo de seis anos. Já as emissões em yuan são inéditas.

"Nossa mercadoria principal sempre foi e vai continuar sendo o mercado norte-americano. A ideia é manter e aumentar as emissões lá. Nossos parceiros entendem nesse mercado quatro vezes mais que o Tesouro", afirmou Leal.

Ele disse ainda que é importante o Brasil ter presença no mercado europeu, não só para diversificar fontes de financiamento, mas também para estabelecer uma referência de custos para empresas brasileiras, que também podem buscar investidores nessa moeda.

A mesma lógica vale para o mercado chinês. Os chamados Panda bonds já são uma realidade no mercado corporativo e, por isso, faz sentido para o Tesouro abrir essa nova frente — embora o próprio subsecretário tenha reconhecido que se trata de uma "emissão um pouco mais complicada".

Segundo Ceron, o Brasil também analisa a possibilidade de explorar outros mercados (no passado, o país já captou recursos em ienes do Japão), por exemplo, embora haja também uma limitação de equipes disponíveis dentro do Tesouro para lidar com a estruturação de operações com características tão distintas.

A decisão do governo de ampliar as emissões externas faz parte de uma estratégia de elevar a exposição da dívida brasileira ao mercado externo. O país encerrou 2025 com 3,8% de sua dívida pública federal atrelada ao câmbio, o equivalente a R\$ 326 bilhões. Os objetivos estabelecidos no PAF (Plano Anual de Financiamento) ficam entre 3% e 7%.

O objetivo de médio e longo prazo do Tesouro é o aproximar dos 7%, mas de forma paulatina, ao longo da próxima década.

"Não é uma corrida. É parte do benchmark, da nossa estratégia", disse o subsecretário da Dívida.

Aumentar as emissões externas num momento de maior liquidez no mundo pode colocar o Brasil em contato com mercados onde a taxa de juros é menor. Por outro lado, também pode aumentar a exposição do país ao risco cambial, que no passado já foi de gatilhos de graves crises.

A posição atual do Brasil para administrar esse tipo de risco, porém, é melhor do que foi no passado, dado o acúmulo de reservas internacionais da ordem de US\$ 358 bilhões — muito acima da dívida externa brasileira.

Segundo os técnicos, a ampliação das emissões externas está sendo discutida e calibrada de forma a ter um "risco muito balanceado". Além disso, ainda que a faixa desses papéis na dívida federal suba para 7%, ainda será um patamar historicamente baixo.

"A gente está muito longe do momento em que isso seria uma preocupação", afirmou Leal.

Na avaliação do Tesouro, o fôrum de 2026 ser ano eleitoral no Brasil deve ter pouca influência nessa estratégia, sobretudo porque esse não é o único elemento observado pelos investidores externos. O subsecretário mencionou que o governo brasileiro deve ter inclusive uma janela de emissão próxima à eleição ou até entre o 1º e o 2º turno.

(Folhapress)

## Governo Lula planeja enviar acordo Mercosul-UE ao Congresso em fevereiro

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) planeja enviar o acordo Mercosul-União Europeia ao Congresso na primeira semana de fevereiro. A ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou na quarta-feira (28) que o Plano espera aprovação do texto já no primeiro semestre, antes da paralisação do Legislativo por causa das eleições.

"Para nós é muito importante a aprovação o mais rápido possível do acordo Mercosul-União Europeia. Então o governo está trabalhando para enviar esta proposta na primeira semana de fevereiro. Nós já temos com os líderes e com os presidentes das Casas sinal positivo em relação a isso", disse Gleisi em conversa com jornalistas.

"Para nós é muito importante porque, na questão comercial, mesmo tendo a discussão no Parlamento Europeu, podemos começar a colocar em prática essa relação de comércio."

O acordo entre o Mercosul e a União Europeia foi assinado em 17 de janeiro, após mais de 26 anos de negociação. O presidente Lula considera o marco comercial como um trunfo do petista, após uma ofensiva realizada durante a presidência brasileira no bloco econômico.

"Isso mostra a ação determinada do presidente Lula na discussão do comércio internacional. Ele tem sido muito ativo e recolocou o Brasil num patamar importante de referência. Temos, agora, desafios que precisamos vencer junto ao Congresso, à implementação de programas e projetos", afirmou Gleisi.

A proposta do governo Lula é que o acordo criaria uma área de livre comércio com cerca de 720 milhões de pessoas e Produto Interno Bruto (PIB) que supera os US\$ 22 trilhões. A assinatura, de certa maneira, também foi uma resposta dos dois blocos à onda de tarifas impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

O Parlamento Europeu, porém, aprovou a revisão jurídica do acordo na última quarta-feira (21), em Estrasburgo. A Casa aprovou a resolução proposta por 144 deputados de submeter o documento ao Tribunal de Justiça da União Europeia. O procedimento pode levar dois anos para ser concluído.

Um porta-voz declarou que a Comissão Europeia "lamentava a decisão" e que procuraria sanar as dúvidas dos parlamentares sobre a importância do tratado.

A expectativa no começo da semana era a de que o Parlamento ratificasse o acordo em abril

ou maio, votação que agora não poderá ocorrer até que a revisão jurídica seja finalizada.

Dois aspectos do documento são contestados: o fato de a parte comercial ter sido separada do tratado maior, que dispõe também sobre questões políticas e diplomáticas, para achar a aprovação; o mecanismo de balançoamento pelo qual países do Mercosul podem adotar medidas compensatórias caso venham mudanças futuras na legislação europeia prejudiquem suas exportações.

Um diplomata da UE afirmou à Reuters que o acordo de livre comércio provavelmente será aplicado em caráter provisório a partir de março, apesar de uma contestação iminente no tribunal superior do bloco.

De acordo com o diplomata, que pediu para não ser identificado, o acordo entre UE e Mercosul será aplicado provisoriamente assim que o primeiro país do Mercosul ratificá-lo. A expectativa é que o Paraguai faça isso em março, segundo o diplomata. Dessa forma, a aprovação pelo Brasil também poderia facilitar a implementação.

Enquanto isso, Lula tenta diminuir a resistência de países europeus ao acordo. Em conversa com o presidente da França, Emmanuel Macron, o petista afirmou:

mou que o pacto é positivo para os dois blocos e constitui uma importante contribuição para a defesa do multilateralismo e do comércio.

No Congresso Nacional, haverá a necessidade de aprovação de um PDL (projeto de decreto legislativo). A análise do texto começa pela Comissão de Representação Brasileira na Parlasmus (Parlamento do Mercosul). O deputado mencionou que o governo brasileiro deve ter inclusive uma janela de emissão próxima à eleição ou até entre o 1º e o 2º turno.

(UOL)

Um projeto segue, então, para o Senado Federal. Na Casa, ele precisa passar pela Comissão de Relações Exteriores e na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), antes de ir ao plenário, onde o texto precisa ser aprovado por maioria de votos. Isso significa ter aval de mais de 50% dos presentes, desde que haja um quórum mínimo de 27 deputados.

O projeto segue, então, para o Senado Federal. Na Casa, ele precisa passar pela Comissão de Relações Exteriores e, depois, ser aprovado no plenário, também por maioria de votos (desde que haja o quórum mínimo de 41 senadores presentes na sessão).

Por ser um PDL, o projeto não vai à sanção do presidente, ele é promulgado após a aprovação das duas Casas do Congresso. (Folhapress)

## MEIs excluídos do Simples devem regularizar pendências até esta sexta (30)

Microempreendedores individuais excluídos do Simples Nacional têm até 30 de janeiro para resolver pendências fiscais e evitar ficar fora do regime ao longo de 2026. Sem a regularização, o empreendedor perde o enquadramento como MEI e passa a operar como microempresa comum, com mais impostos e obrigações.

O retorno depende basicamente de pagar ou parcelar dívidas e refazer a opção pelo Simples. A consulta é feita no Portal do Simples Nacional, que indica se o CNPJ está fora do regime, geralmente por DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional) em atraso ou débitos com estados e municípios.

A regularização dos valores em atraso ocorre no sistema da Receita Federal. Enquanto o pedido de reentrada não é analisado. Só depois da quitação ou do parcelamento é possível solicitar novamente a adesão ao Simples Nacional.

Se a opção for aceita, o empreendedor ainda precisa pedir o reenquadramento no Simei, etapa que devolve o status de MEI. O processo é sequencial e não funciona ao contrário. O Ministério do Empreendedorismo afirma que pedidos feitos após 30 de janeiro não produzem efeito neste ano. Nesse caso, o retorno ao Simples e ao Simei só poderá ser solicitado em 2027.

### Como consultar a situação do MEI?

1 - Acesse site www3.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional

2 - Clique no ícone "Simples Nacional - Serviços"

3 - Informe o CNPJ, CPF e código de acesso ou entre pelo portal e-CAC

4 - Verifique se a empresa aparece como "não optante pelo Simples Nacional" ou "não enquadra no Simei".

5 - Caso esteja fora do regime, consulte o motivo do desenquadramento indicado no sistema

### Como regularizar pendências?

- Verifique os débitos em aberto

- Escolha o pagamento à vista ou parcelamento das dívidas

- Solicite novamente a opção pelo Simples Nacional no portal do regime

- Com a opção deferida, faça o pedido de reenquadramento no Simei

- Acompanhe o andamento do processo até a conclusão, já que novas pendências podem surgir durante a análise

### O que é o Simples Nacional?

O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Por meio dele, empresas conseguem unificar o pagamento de diferentes tributos, como ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), ISS (Imposto sobre Serviços) e contribuição patronal para Previdência.

O ingresso no regime exige que as empresas cumpram as seguintes condições:

- Enquadrar-se na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte

- Cumprir os requisitos previstos na legislação (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

- Formalizar a opção pelo Simples Nacional (Folhapress)

## Toffoli autoriza, e PF abre inquérito para investigar atuação de influenciadores contra BC

O ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizou a abertura de um inquérito para apurar a rede de influenciadores que teria sido usada pelo banqueiro Daniel Votorac, do Master, para descredibilizar o BC (Banco Central).

A decisão atende a pedido da PF (Polícia Federal), que identificou aproximadamente 40 perfis que teriam sido contratados por Votorac para integrar o "Projeto DV", referência às iniciais do empresário.

O recrutamento dos perfis em redes sociais que fizeram um bombardeio digital contra Banco Central e investigadores no caso Master envolveu um contrato de confidencialidade de R\$ 800 mil em caso de quebra de sigilo. Salvador enviou a Gabriel exemplos de vídeos com críticas à atuação do BC no caso. Master feitos por três influenciadores especializados em temas financeiros e o perfil de humor Alfinetada.

Este último postou conteúdo contra o ex-diretor do BC Renato Gomes em 30 de dezembro, dizendo existirem especulações de que ele poderia ir para o BTG. A página Alfinetada é assessorada pelo Grupo Farol, que disse nunca ter sido procurado para negociar ou intermediar comunicação relacionada ao Banco Master. "A atuação da empresa se limita exclusivamente à representação de publicidade para as marcas, mas sempre dentro dos limites legais e normas estabelecidas pelo Código", afirmou o grupo.

A ofensiva alinhada aos argumentos da defesa do Banco Master mira o ex-diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do BC, Renato Gomes. Foi a área dele que recomendou o voto a favor da Master pelo BRB e subsidiou os achados posteriormente relatados ao Ministério Público Federal. (Folhapress)

# Moraes exclui receitas próprias do MPU de limites do arcabouço fiscal

## Governo brasileiro entrega pedido de extradição de Ramagem aos EUA

O Ministério da Justiça e Segurança Pública informou na quarta-feira (28) ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o governo brasileiro formalizou o pedido de extradição do ex-deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) dos Estados Unidos.

No ofício enviado ao ministro Alexandre de Moraes, que solicitou a extradição, o ministério informou que o pedido foi entregue pela embaixada do Brasil em Washington ao Departamento de Estado no dia 30 de dezembro de 2025. Não há prazo para análise da extradição.

Ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo de Jair Bolsonaro, Ramagem foi condenado a 16 anos de prisão na ação

penal da trama golpista.

Em setembro do ano passado, ele fugiu do país para evitar o cumprimento da pena e está morando em Miami.

Durante a investigação sobre a trama golpista, ele foi preso pelo STF de sair do país. Segundo a Polícia Federal, Ramagem fugiu pela fronteira com a Guiana e embarcou para os Estados Unidos com passaporte diplomático, que não estava expedido.

No final do ano passado, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados declarou a cassação do mandato de Ramagem.

A Constituição determina que a Casa declare a perda do mandato de parlamentar em função de condenação criminal.

(Agência Brasil)

## PF vai apurar suposta campanha contra o BC nas redes

A Polícia Federal (PF) abriu um inquérito para apurar a existência da orquestração de um ataque ao Banco Central por meio das redes sociais, após a autoridade monetária ter liquidado o banco Master.

As suspeitas surgiram após denúncias de influenciadores digitais de direita, que disseram ter sido abordados com propostas financeiras para gravar vídeos com críticas ao BC.

Um dos que vieram a público é Rony Gabriel, vereador de Erechim, no Rio Grande do Sul, pelo PL. Em entrevista ao jornal O Globo, nesse mês, ele relatou ter sido procurado por executivos ligados a Daniel Vorcino, já falecido.

Segundo o relato, a ideia seria criticar a liquidação do Master e colocar em cheque a credibilidade do BC.

O banco Master já é investigado no Supremo Tribunal Federal (STF), em inquérito sob a relatoria do ministro Dias Toffoli, por suspeitas de fraude financeira em

operações envolvendo a compra da instituição pelo BRB, banco do Distrito Federal.

O negócio foi barrado pelo BC, sob a suspeita de que o banco público estaria adquirindo carteiras de crédito podres, ou seja, sem nenhum lastro em ativos reais.

Até o momento não há um número oficial para o rombo, com estimativas que vão de R\$ 2,4 bilhões a R\$ 4 bilhões. Os investigados, incluindo Vorcino, já compareceram a ser ouvidos pela PF.

Com as denúncias sobre uma suposta campanha negativa contra o BC nas redes sociais, a PF produziu um relatório preliminar e o entregou a Toffoli.

O ministro examinou postagens e outras informações antes de autorizar a abertura de um novo inquérito específico sobre a suposta campanha difamatória.

Os investigadores devem agora apurar se houve ação paga e orquestrada, o que pode configurar crime contra as instituições.

(Agência Brasil)

## Gleisi minimiza impacto do caso Master no governo e diz que consultoria de Lewandowski era regular

A ministra das Relações Internacionais, Gleisi Hoffmann, afirmou na quarta-feira (28) que o governo Lula (PT) já sabia dos trabalhos de consultorias prestadas a bancos privados feito por Ricardo Lewandowski ao assumir o Ministério da Justiça e minimizou o impacto do caso do Banco Master na gestão.

À imprensa ela declarou que Lewandowski se afastou das funções atreladas aos bancos quando foi chamado para o governo e que o fato não teve relação com sua saída. Em sua fala, Gleisi enfatizou que a prisão de Daniel Vorcino, dono do Master, se deu durante o comando do então ministro e que, portanto, não houve impacto nas apurações do crime.

"Isso não é impedimento. Me perguntou por que as pessoas ficam divulgando isso, qual o crime?", questionou ela. "Como isso influenciou a investigação? Volto a dizer, o presidente do Banco Master foi preso nessa gestão do presidente Lula, na gestão

do ministro das Relações Internacionais, Gleisi Hoffmann, afirmou na quarta-feira (28) que o governo Lula (PT) já sabia dos trabalhos de consultorias prestadas a bancos privados feito por Ricardo Lewandowski ao assumir o Ministério da Justiça e minimizou o impacto do caso do Banco Master na gestão.

Lewandowski ficou na pasta, à qual a Polícia Federal, que investiga o caso, é subordinada, entre 1º de fevereiro de 2024 e 9 de janeiro deste ano.

O ex-ministro saiu do escritório em 17 de janeiro de 2024, pouco antes de assumir o cargo no Banco Master.

Desde então, a banca está a cargo de sua mulher, Yara de Abreu Lewandowski, e do filho do casal Enrique Lewandowski. Mesmo com a saída do ministro, eles seguiram prestando serviços para o Master, que era um dos clientes do escritório.

A informação foi revelada pela coluna da Andreza Matais, no portal Metrópoles, e confirmada pela reportagem. O veículo também afirmou que o contrato para consultoria jurídica do banco tinha o valor de R\$ 250 mil mensais. (Folhapress)

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu uma liminar para excluir as receitas próprias do Ministério Público da União (MPU) do limite de gastos do arcabouço fiscal.

A medida havia sido pedida pelo procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet e segue entendimento que já havia sido aplicado pelo Supremo no ano passado em relação às receitas próprias dos tribunais e outros

órgãos do Judiciário, em ação movida pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Gonet apontou para a paridade de tratamento entre Judiciário e MPU, prevista na Constituição. Moraes concordou com o argumento, afirmando se tratar de "situação absolutamente análoga".

O ministro frisou que a legislação do arcabouço fiscal traz entre as possibilidades de exceção ao limite de gastos as eventuais receitas próprias de

cada órgão, desde que o dinheiro seja aplicado na finalidade do próprio órgão.

Moraes lembrou que os valores das receitas próprias do MPU "devem ser empregados para o custeio de suas despesas, observados os limites impostos pelas dotações orçamentárias disponíveis ou pelos créditos adicionais que venham a ser abertos para esse fim".

Pela decisão, o dinheiro proveniente de receitas próprias fica

excluído já em 2026. A liminar abrange recursos "tanto oriundos de exercícios anteriores quanto os do presente exercício financeiro e, evidentemente, os futuros", afirmou o ministro.

O MPU arrecada recursos por meio de aluguel, arrendamentos, multas, juros contratuais, indenizações por danos causados ao patrimônio público e tarifas de inscrição em concursos e processos seletivos. (Agência Brasil)

## Dívida pública pode alcançar até R\$ 10,3 trilhões em 2026

Depois de encerrar 2025 acima de R\$ 8,6 trilhões e em nível recorde, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá chegar ao fim desse ano entre R\$ 9,3 trilhões e R\$ 10,3 trilhões. Os números foram divulgados na quarta-feira (28) pelo Tesouro Nacional, que apresentou o Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública para 2026.

O plano apresenta metas para a dívida pública para este ano. Assim como no ano passado, o governo criou um espaço para diminuir a fatia de títulos prefixados (com taxas de juros fixas e definidas antecipadamente) e aumentar a participação dos papéis corrigidos pela taxa Selic (juros básicos da economia). Isso ajudaria a atrair os investidores aos títulos vinculados à Selic, que estão no maior nível em quase dois anos.

No ano passado, o PAF originalmente previa que a Dívida Pública Federal encerraria 2025 entre R\$ 8,1 trilhões e R\$ 8,5 trilhões. Em setembro, o PAF foi revisado para que o indicador fechasse 2025 entre R\$ 8,5 trilhões e R\$ 8,8 trilhões.

Em tese, os papéis prefixados trazem mais previsibilidade. Isso

porque os juros desses títulos são definidos no momento da emissão e não variam ao longo do tempo. Dessa forma, o Tesouro sabe exatamente quanto pagará de juros daqui a vários anos, quando os papéis vencem, e os investidores tiverem de ser reembolsados. No entanto, títulos prefixados têm taxas mais altas que a da Selic e aumentam o custo da dívida pública em momentos de instabilidade econômica.

Títulos corrigidos pela taxa Selic: de 23% a 27%, atualmente está em 25,9%.

Títulos prefixados: de 21% a 25%, atualmente está em 22%;

Títulos vinculados ao câmbio: de 3% a 7%, atualmente está em 48,3%;

Títulos corrigidos pelo infla-

ção: de 23% a 27%, atualmente está em 25,9%.

Títulos prefixados: de 21% a 25%, atualmente está em 22%;

Títulos vinculados ao câmbio: de 3% a 7%, atualmente está em 48,3%;

Títulos corrigidos por taxas flutuantes aumentam o risco da dívida pública, porque a Selic pressiona mais o endividamento do governo quando os juros básicos da economia sobem. Quando o Banco Central reajusta os juros básicos, a parte da dívida interna corrigida pela Selic aumenta imediatamente.

Os títulos corrigidos por taxas flutuantes aumentam o risco da dívida pública, porque a Selic pressiona mais o endividamento do governo quando os juros básicos da economia sobem. Quando o Banco Central reajusta os juros básicos, a parte da dívida interna corrigida pela Selic aumenta imediatamente.

O Plano Anual de Finanças

também abriu uma margem para aumentar o prazo da DPF. No fim de 2025, o prazo médio ficou em 4 anos. O PAF estipulou que ficará entre 3,8 e 4,2 anos no fim de dezembro. O Tesouro divulga as estimativas em anos, não em meses. Já a parcela da dívida que vence nos próximos 12 meses encerrará 2025 entre 18% e 22%. Atualmente, está em

17,5%.

Segundo o Tesouro, o governo tem dois mecanismos de segurança para garantir a capacidade de financiamento em caso de crise econômica que não permita ao Tesouro lançar títulos no mercado. Em primeiro lugar, o governo tem reservas internacionais suficientes para pagar os vencimentos da dívida pública externa em 2026, que totalizam R\$ 33,3 bilhões. Além disso, tem um colchão de R\$ 1,187 trilhão para cobrir 7,33 meses dos vencimentos da dívida pública interna.

Por meio da dívida pública, o Tesouro Nacional emite títulos e paga dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos. Em troca, o governo compromete-se a devolver os recursos com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic, a inflação, o câmbio ou ser prefixada, definida com antecedência. (Agência Brasil)

## ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

**EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO N° 0002733-05-2025.8.26.020. A.M. Juiz de Direito da Vara Cível, do Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dra. MARIANA HOMM GREINAGLH, na forma da Lei, para que compareça à audiência de audiência de contestação, movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação movida por CGMP - Centro de Gestão de Pagamento S.A. Encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, o Juiz intima o réu para comparecer à audiência de contestação, no dia 28/02/2026, às 10:00 horas, no Fórum Regional XI - Nossa Senhora da O, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Augusto Ramos, para o ato e termos do processo nº 0002733-05-2025.8.26.020, que trata da contestação mov**



